INFORMATIVO

O TUIUTI

*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2º Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. 200 anos do reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos das grandes conquistas da FEB na Itália e fim da 2ª GM. 70 anos da crise institucional de 1955. 60 anos do AI2. 30 anos da UNAVEM.

2025

Março

Nº 475

AS CONTROVÉRSIAS DE DRESDEN

- FEVEREIRO DE 1945 -

"Liderança é uma combinação potente de estratégia e caráter. Mas se você precisa ficar sem uma, fique sem a estratégia".

- General Herbert Norman Schwarzkopf Jr., Exército dos EUA

Luiz Ernani Caminha Giorgis (*)

Informações iniciais

Dresden¹ é a capital da Saxônia, um dos 16 estados federados da Alemanha. Está localizada ao leste do país, às margens do Rio Elba, entre Berlim e Praga, capital da República Tcheca.

Com dados de 2015, a cidade possui 543.825 habitantes. Não foi possível obter números sobre o recenseamento no início de 1945. Sempre foi um centro cultural, cultural, uma joia barroca e um dos tesouros arquitetônicos e artísticos da Europa.

É sede de um dos mais ricos museus da Europa, o Gemäldegalerie. Possui indústrias mecânicas, elétricas e químicas.

No período napoleônico foi lugar de uma das vitórias mais expressivas do curso sobre os aliados em 1813.

Dresden sofreu dois severos bombardeios. O primeiro foi a 7 de outubro de 1944 e o seguinte a 16 de janeiro de 1945. Estes bombardeios não causaram muito dano. A cidade propriamente dita nada sofreu. Mas o pior ainda estava por vir.

A Conferência de Yalta e as decisões

Yalta é uma cidade da península da Crimeia às margens do Mar Negro. Ela foi palco de uma das mais importantes conferências aliadas, ocorrida entre 4 e 11 de fevereiro de 1945. Nela, foram estabelecidas as bases para a rendição da Alemanha. Presentes, Roosevelt, Stálin e Churchill. Esta reunião era para ser secreta, mas os assuntos nela tratados simplesmente vazaram. O que foi decidido em Yalta atingiu Dresden, direta ou indiretamente.

Conforme Antony Beevor, antes mesmo de Yalta, Churchill já demonstrava anseios de “impressionar os soviéticos com o poder destruidor do Comando de Bombardeiros” (Beevor, 2012, p. 794). E, para isso, o seu Comandante, o Marechal do Ar Arthur Travers Harris, demonstrava ainda maior ansiedade. Principalmente Dresden, que era uma das poucas cidades grandes que ainda não tinham sido arrasadas.

Em 1º de fevereiro, os marechais do ar Charles Frederick Algernon Portal (inglês), Carl Andrew "Tooe" Spaatz (EUA) e Arthur William Tedder (escocês) elaboraram uma nova diretriz colocando Berlim, Leipzig e Dresden como prioritárias para alvos de bombardeios. Mas o projeto contra Dresden era mesmo do Comandante Harris. Era um “projeto pessoal”, conforme Beevor. E já aqui aparece o desejo de vingança.

Para a Royal Air Force, Dresden era um alvo muito distante. Mas ordens são para serem cumpridas.

O inferno dantesco da noite de 13/14 de fevereiro de 1945

As informações disponíveis para os bombardeios de Dresden não mencionavam “que o objetivo era criar uma torrente de refugiados para impedir o trânsito da Wehrmacht” (Idem, p. 795). Para isso, os ingleses contaram com os bombardeiros norte-americanos.

Realmente, os cálculos dão conta de que havia mais de 500 mil refugiados da Silésia “atravancando as estações, acampando nos parques, nas margens do rio, em volta de Zwinger e da Hofkirche (Cartier, 1977, 2º vol., p. 693).

¹ Em português: Dresda.

As primeiras bombas caem às 2215 h. Elas eram de 4 mil libras e sua explosão tinha por objetivo “destruir as vidraças, para que o incêndio se espalhasse mais depressa e com mais furor” (Idem, p. 694). A segunda vaga foi às 0130 h do dia 13. Foram 529 Lancaster (RAF) e, ao meio-dia, 450 fortalezas-voadoras da USAF. Foram 650 mil “engenhos incendiários” dirigidos para o centro da cidade.

Conforme Raymond Cartier “o bombardeio de Dresden foi um dos episódios mais atrozes de uma guerra que engendrou tantas atrocidades” (Idem).

O desespero das pessoas era flagrante. Os que ficam nos abrigos morrem asfixiados. Os que saem são devorados pelas chamas. Velhos, mulheres e crianças. A guerra não escolhe suas vítimas. Nas ruas, o asfalto arde e derrete, fazendo com que as pessoas fiquem com seus calçados presos ao solo. Centenas de pessoas se jogam ao Elba para fugir do fogo, mas muitas morrem afogadas. Os bombeiros já não podem mais nada fazer, porque também morreram. Os corpos de bombeiros das cidades vizinhas, acionados, são metralhados pelos aviões Mustang, que são as escoltas das fortalezas-voadoras. O chumbo derretido escorria dos telhados. As pessoas morriam também pela inalação de monóxido de carbono. Quatro dias depois, a quantidade de cadáveres é impressionante. Vinte mil alianças são retiradas dos dedos e enchem vinte baldes. Cinco grandes piras funerárias são erguidas no Altmark. As cinzas humanas são enterradas a pá. Um menino de nove anos deu o seguinte depoimento:

“Os restos destruídos de nossa casa ardiem. Nas ruas havia veículos em chamas e carroças com refugiados, pessoas, cavalos, todos gritando e berrando com medo da morte [...] Vimos coisas terríveis: adultos queimados e encolhidos do tamanho de crianças pequenas, pedaços de braços e pernas, gente morta, famílias inteiras que morreram queimadas, pessoas em chamas correndo de um lado para o outro, coches carbonizados cheios de refugiados civis, soldados e pessoal de resgate mortos, muitos gritando e procurando filhos e famílias e fogo por toda parte, por toda parte fogo, e o tempo todo o vento ardente do incêndio jogava as pessoas de volta nas casas em chamas de onde tentavam escapar” (Cawthorne, 2015, p. 129).

A primeira das grandes controvérsias se situa nisto. Qual foi o número total de vítimas? Impossível de determinar com exatidão, mas é da ordem de 135 mil, a maioria de refugiados da Silésia. Mais do que este número é exagero.

E, assim, tivemos o mais mortífero bombardeio da guerra, maior do que Hiroshima.

Os ingleses, cobrados pela tragédia, exageram a importância industrial de Dresden, mas a verdade é que

“os soviéticos exigiram o bombardeio para desorganizar as retaguardas alemãs diante de sua frente da Silésia. Desse ponto de vista, o fracasso é completo: o pátio de manobras de estradas de ferro, no centro da cidade, fica quase intacto, e os trens recomeçam a trafegar a partir de 15 de fevereiro” (Cartier, 1977, p. 694).

Aqui está a crueldade. A finalidade não foi cumprida. E morreram milhares de pessoas totalmente inocentes.

Winston Churchill, que foi um dos defensores da destruição total de Dresden (abaixo), já começara a mudar de atitude. Enviou ele uma minuta aos “chefes de Estado-Maiores britânicos afirmando que a destruição de Dresden é uma grave interrogação na conduta dos bombardeios aliados” ((Beevor, 2012, p. 796). Ficou constatado que o Marechal Harris tinha a convicção de que o seu “Comando de Bombardeiros poderia vencer a guerra sozinho simplesmente destruindo cidades” (idem).

Considerações finais

Ficou comprovado que os bombardeios de Dresden não eram necessários. Missão pela finalidade? Absurdo total. A tese de que aquilo economizaria vidas e operações militares no ocidente europeu, ou na frente russa? Outro absurdo. Seria como condenar à morte civis inocentes para salvar os militares.

Não. Realmente não. Desnecessário, assim como Hiroshima foi desnecessário; assim como, mais ainda, Nagasáki foi desnecessário.

Dresden foi produto macabro de Churchill e de Harris. Hiroshima e Nagasáki foram produtos da sanha destruidora de Julius Oppenheimer e de Harry S Truman. Este, declarou: "Se eles não aceitam os nossos termos, podem esperar uma chuva de fogo vinda do ar nunca antes vista na Terra".

A Alemanha estava vencida. O Japão estava vencido.

Human lives matter. Menschenleben zählen. 人間の命は重要です.

Por derradeiro, atenção à citação do General Schwarzkopf, em epígrafe. Entre estratégia e caráter, este vem em primeiro lugar. Os homens de 1945 não observaram isto.

Ao militar não cabe abrigar desejo de vingança. A nobreza do militar não acolhe sentimento tão vil. O homem das armas se sustenta em dois pilares: a hierarquia e a disciplina. Ao seu lado, o caráter, e do outro lado, a coragem, mas jamais a vingança.

Não basta ser militar. É necessário saber ser militar (Anônimo).

Referências

BEEVOR, Antony. A segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2012, 1ª edição.

CARTIER, Raymond. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Primor, 1977, 3ª edição.

CAWTHORNE, Nigel. Uma breve história da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: M. Books do Brasil, 2015.

(*) Coronel de Infantaria e Estado-Maior Veterano do Exército Brasileiro.

#####

ARTIGOS DO GENERAL ROCHA PAIVA SOBRE O 31 DE MARÇO DE 1964

A REAÇÃO DEMOCRÁTICA – Parte I

(O Comício de 13 de março foi o 1º de três estopins da reação democrática)

Relatado por: General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

O Comício de Sexta-feira 13 de março de 1964 marcou o início da escalada do golpe que aliava João Goulart, Brizola e Luiz Carlos Prestes do PCB na empreitada de implantar uma república comuno-sindicalista no Brasil, anteposta do regime socialista totalitário e liberticida.

O comício revolucionário, como se pode aquilatar, foi marcado pelo radicalismo e manifesta disposição da esquerda radical de tomar o poder, ainda que fosse necessário o absurdo de uma guerra civil fratricida.

A consequência foi, sem dúvida, a oportuna reação democrática que englobou sucessivos acontecimentos a convergirem para o desenlace redentor de 31 de março. A reação foi plenamente justificável por outros dois graves estopins acesos pelas hostes da esquerda golpista, após o comício em pauta, os quais serão mostrados em outras postagens.

A fonte das informações foi o livro "O Romance da Revolução - agente de ligação", de Albérico Barroso Alves. Os eventos relatados na obra são reais, embora narrados como um romance, com nomes fictícios. Quem viveu aqueles momentos críticos da História Pátria identificará muitos dos personagens. Esse livro será referenciado como Livro 1. Serão também usadas informações do livro "A Revolução por Dentro", de Hernani D'Aguiar (1923-2003)², referenciado como Livro 2, onde os nomes de pessoas citadas não são fictícios.

Vamos às consequências do comício de março de 1964 - uma Sexta-feira 13.

No Livro 2 (p.158) consta: "[...] o aquecimento da máquina militar se faz lentamente. O Exército brasileiro, por condicionamento de seus chefes sempre foi relutante em revoltar-se [...] sempre predomina o espírito

de legalidade. Mas uma coisa era certa - a quase totalidade dos oficiais estava alarmada com os rumos nacionais; e isso incluía a massa dos não conspiradores [-]

No dia 17 de março, o General Costa e Silva adere à Revolução [reação democrática]. E torna-se seu chefe, por ser o mais graduado e antigo dos seus participantes”. No Livro 1 (p.49), conclui-se que o General Tibúrcio (nome fictício), Chefe do Estado-Maior do Exército, reconhecido por sua índole legalista, revoltou-se com o rumo dos acontecimentos e convenceu-se do golpe em marcha, chancelado pelo próprio Presidente. Decidiu aderir à reação para impedir a sua consecução e garantir a liberdade e a democracia. A adesão desse chefe militar, respeitado em toda a Nação, era julgada imprescindível para o êxito do contra-golpe.

A reação democrática será contada nas próximas publicações, mas é importante encerrarmos essa primeira com uma passagem que nos leva a pensar com muita atenção. Um chefe militar revolucionário dissera dias antes do comício ao General Tibúrcio: “o Presidente parece estar enganado no julgamento que ele faz do senhor. Ele confunde disciplina, legalismo, com apoio tácito à subversão” (Livro 1, p.49). Pra meditar!

General de Brigada Veterano. Editora Nova S.A. Cidade do Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, 1974. Coronel do Exército. Editora Fundação Ivete Vargas. Brasília, DF, 2017.

A REAÇÃO DEMOCRÁTICA – Parte II

Relatado por General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Prossegue o relato das consequências do comício de 13/03/1964, marcado pelo radicalismo e o propósito da esquerda marxista de tomar o poder mesmo com uma fratricida guerra civil. Como informado na postagem anterior, as fontes foram dois livros. Um deles é “O Romance da Revolução - agente de ligação”, de Albérico Barroso Alves¹, referenciado como Livro 1. O outro livro é “A Revolução por Dentro”, de Hernani D’Aguiar (1923-2003)², referenciado como Livro 2. Os dois autores participaram do Movimento Civil-Militar de 31 de Março de 1964.

Além das consequências comentadas na postagem anterior, destaco as que seguem. Após o comício, o Governador da Guanabara enviou cartas aos governadores dos demais estados, exceto aos de Pernambuco e do Rio de Janeiro “alertando para a guerra revolucionária em marcha e conclamando-os a reagirem em bloco contra ela [-] num supremo esforço para que defendam a Pátria traída e a liberdade ameaçada” (Livro 2, p. 158 e 159).

Em vários estados da Federação estavam organizados grupos de cidadãos democratas, inclusive movimentos femininos, que combatiam o processo revolucionário chancelado pelo Presidente Jango. Houve grandes manifestações de rua em diversas cidades do País, destacando-se a emblemática e grandiosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade na cidade de São Paulo, em 19 de março, ponto de inflexão a motivar e fortalecer a reação democrática.

Numa população de 4,5 milhões de habitantes, à época, 500 mil compareceram ao evento. Em seguida, os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara firmaram a aliança antigolpe entre seus estados.

O governador de MG lançou um manifesto à Nação convocando as forças vivas mineiras contra o fanatismo e a irresponsabilidade (Livro 2, p.159).

Em 20 de março, o então General de Exército Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), emitiu uma Circular Reservada firmando posição na defesa da liberdade e da democracia, como fica bem claro no citado documento, cujo Extrato segue adiante.

EXTRATO DA CIRCULAR RESERVADA DO CHEFE DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (20-03-1964)

Compreendendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente mês. Sei que não se expressam somente no Estado Maior do Exército e nos

setores que lhe são dependentes, mas também na tropa, nas demais organizações e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o [-] Senhor Ministro da Guerra.

Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou àquele poder. Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer 1 General de Brigada Veterano. Editora Nova S.A. Cidade do Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, 1974.

Coronel do Exército. Editora Fundação Ivete Vargas. Brasília, DF, 2017. 2 um deles. Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.

A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não. Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudossindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter à Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não. As Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil.

É preciso aí perseverar, sempre dentro dos limites da lei. Estar prontos para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três Poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT3, e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.

É o que eu tenho a dizer em consideração à intranquilidade e indagações oriundas da atual situação política e a respeito da decorrente conduta militar. General de Exército Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do EME.

Da leitura das posições colocadas na Circular pelo Chefe do EME, claramente alusivas aos discursos radicais do Presidente e aliados no Comício de Sexta-feira 13 (ver postagens anteriores), percebe-se a categórica mensagem dada, tanto ao Presidente e aliados, que rasgavam a Constituição e as leis, quanto aos militares ávidos por uma posição da liderança militar diante dos graves acontecimentos ameaçadores da democracia. A partir daí, os militares, cuja quase totalidade era e sempre será legalista, ficaram prontos para atender à convocação, caso os atores do golpe comuno-sindicalista não desistissem de seu propósito liberticida e antidemocrático.

Em 16 de março, o CGT deu um ultimato ameaçando o Legislativo caso não aprovasse a reforma da Constituição em 30 dias (Livro 2, p. 157 e 158).

ESCALADA DO GOLPE COMUNO-SINDICALISTA – Parte I

Relatado por General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Nas postagens anteriores, vimos o início da REAÇÃO DEMOCRÁTICA, que reuniu os segmentos majoritários da Nação para deter o golpe capitaneado pelo próprio Presidente. A seguir, será comentado o 2º estopim aceso pela esquerda golpista, agora com o objetivo de quebrar a hierarquia, disciplina e coesão das FA, visando ruir o principal alicerce de segurança da Nação. Foi o motim dos marinheiros e fuzileiros navais (25 a 27 de março) no Sindicato dos Metalúrgicos (RJ).

A fonte é o livro “A Revolução por Dentro”, de Hernani D’Aguiar (1923 2003)¹, participante do Movimento Civil-Militar de 1964. Os nomes citados não são fictícios.

Em 1962, praças da Marinha criaram a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFN).

Em 1964, a atuação política de sua diretoria, dominada por comunistas, agravou o ambiente de indisciplina e insubordinação naquela Força. O motim foi o mais grave dos três estopins da Revolução de 31 de Março, pois a insustentável situação vivida na Marinha tendia a contaminar o Exército e a Aeronáutica, sem dúvida intenção da esquerda golpista.

A diretoria da AMFN tomou várias iniciativas para explorar a situação criada com o comício de 13 de março, de modo a demonstrar apoio à política do Governo. Tentou realizar uma visita à Petrobras onde o Almirante-Fuzileiro Cândido Aragão, líder da subversão na Marinha, faria um contundente discurso.

O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, ameaçou punir quem comparecesse e a visita foi suspensa pela Petrobras. Inconformados, os marinheiros reagiram reunindo-se no Sindicato dos Bancários (RJ) onde os oradores atacaram violentamente o almirantado e exigiram a demissão do Ministro que, em consequência, prendeu por 10 dias os diretores da AMFN “por participarem de manifestação coletiva de natureza política”.

A crise se agravou com a esquerda golpista insuflando os marujos. Em 25 de março, cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais, incluindo alguns dos punidos, amotinaram-se no Sindicato dos Metalúrgicos acompanhados por membros do CGT e deputados aliados. O motim avançou noite adentro e os participantes, aos gritos de “abaixo gorilas”, decidiram ficar em assembleia permanente até o Governo cancelar as punições e substituir o “Almirante Gorila” por um “Almirante do Povo”.

Hierarquia e disciplina são fundamentos das FA. Sem esses princípios elas se transformam em instrumentos de opressão da sociedade, desintegram-se em segmentos controlados por caudilhos ou grupos de interesses diversos lutando entre si pela tomada do poder. Perdem o caráter de instituições nacionais e sua razão de ser como braço armado para a defesa da Nação. Por isso é inadmissível autoridades públicas se valerem desses princípios para impor interesses lesa-pátria, desconhecendo que disciplina e hierarquia têm como foco o serviço à Nação, maior credora da lealdade das FA, e não a pessoas e a grupos políticos de qualquer natureza. Qual foi o desfecho dessa crise? O Ministro da Marinha prendeu os amotinados e debelou o motim? O Presidente apoiou o Ministro ou cedeu às exigências dos amotinados? Quais foram as consequências da posição tomada pelo Presidente? Veremos na próxima postagem. Editora Fundação Ivete Vargas. Brasília, DF, 2017.

A ESCALADA DO GOLPE COMUNO-SINDICALISTA – Parte II

Relatado por: General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

O Comício de 13 de Março de 1964 iniciou a escalada do golpe comuno-sindicalista para implantar o regime socialista. A postagem anterior relatou o motim dos marinheiros e fuzileiros navais (25 a 27 de março) no Sindicato dos Metalúrgicos (RJ). Foi o 2º estopim aceso pela esquerda golpista, cujo objetivo era quebrar a hierarquia, a disciplina e a coesão das FA, para ruir o principal alicerce de segurança da Nação.

A fonte é o livro “A Revolução por Dentro”, de Hernani D’Aguiar (1923-2003)¹, partícipe do Movimento Civil-Militar de 1964.

Qual foi o desfecho daquela crise? O Ministro da Marinha prendeu os amotinados e debelou o motim? O Presidente apoiou o Ministro ou cedeu às exigências dos amotinados? Quais foram as consequências da posição tomada pelo Presidente? A seguir, vão as respostas.

Diante do agravamento da situação, o Ministro da Marinha enviou uma Companhia de Fuzileiros Navais para debelar o motim, mas cerca de 30 militares lançaram os fuzis e os capacetes ao chão e adentraram ao sindicato aderindo à revolta. A cena repetiu a atitude de marinheiros russos na revolução bolchevique de 1917, mostrada no filme “Encouraçado Potemkin”, casualmente (?) exibido aos fuzileiros navais dias antes.

Atos contínuos, cerca de mil marujos que se encontravam nos arredores aderiram e adentraram ao Sindicato. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, solicitou o emprego do Batalhão de Polícia do Exército que cercou, isolou e não aderiu aos chamados dos amotinados.

O Ministro também determinou a prisão do subversivo Almirante Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, que contra ele se pronunciara publicamente. Os amotinados não cumpriram a ordem de prisão apoiados por parlamentares, sindicalistas e associações civis. A crise se alastrou ao Ministério da

Marinha e a algumas belonaves onde oficiais e marinheiros entraram em atrito. Além da exigência de substituir o Ministro da Marinha, os marinheiros para encerrar o motim impuseram: a suspensão da punição aos amotinados; o reconhecimento da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB); e a libertação de todos os presos. Jango enviou emissários com promessas aos revoltosos e “pede-lhes que aceitem ficar, temporariamente, ‘hóspedes do Exército Nacional’”. Ultrapassado em sua autoridade, o Ministro da Marinha demitiu-se. Em 27 de março, os revoltosos concordaram em ser recolhidos ao Batalhão de Guardas do Exército, onde ficaram por apenas quatro horas e saíram anistiados sem punição pelo novo Ministro da Marinha, Almirante Reformado Paulo Mário Rodrigues, um conhecido esquerdista.

Cumpriu-se a exigências dos amotinados de substituir o “Almirante Gorila por um Almirante do Povo”. Aí ocorreu algo inaceitável. Os amotinados saíram uniformizados do quartel em passeata até a Igreja da Candelária (Av. Presidente Vargas) e carregaram nos ombros os Almirantes Aragão e Araújo Suzano. Aragão reabriu a sede da AMFNB à frente dos marinheiros e fuzileiros navais. Quais foram os reflexos dessa revolta? É o que veremos em próximas postagens. Editora Fundação Ivete Vargas. Brasília, DF, 2017.

#####

Guarda Suíça: conheça o Exército que protege o papa há mais de 500 anos

Força de segurança está nas entradas do Vaticano e na residência de verão do pontífice na cidade de Castel Gandolfo, na Itália

[Diego Pavão](#) da CNN
06/03/2025 às 13:47

Além de liderar a Igreja Católica, o papa é o chefe de Estado de uma nação: o Vaticano, o menor país do mundo em extensão territorial. Cercada pela cidade de Roma, a Santa Sé teve a soberania estabelecida em 1929 no chamado Tratado de Latrão, entre o papa Pio XI e o então líder italiano Benito Mussolini.

Como praticamente todos os países do mundo, o Vaticano tem uma força armada, mas que leva o nome de outro país. É a chamada Guarda Suíça, que protege o papa e as residências oficiais do pontífice há mais de cinco séculos.

Atualmente, a Guarda Suíça é a responsável por fazer a segurança pessoal do papa, incluindo em viagens ao exterior. Os soldados estão nas entradas do Vaticano e na residência de verão do pontífice, na cidade de Castel Gandolfo, na Itália.

No caso da visita de um líder internacional ao Vaticano, a Guarda Suíça fica responsável por providenciar uma tropa de honra militar a presidentes, primeiros-ministros, embaixadores, etc. Além disso, a Guarda Suíça também protege o Colégio de Cardeais do conclave quando a Igreja entra no período conhecido como Sé Vacante, ou seja, quando não há um papa definido após morte ou renúncia.

Os guardas são facilmente reconhecidos pelos seus coloridos uniformes renascentistas usados em ocasiões cerimoniais. As cores azul, vermelho e amarela foram pensadas por Jules Répond, comandante da guarda entre 1910 e 1921.

Combatentes defenderam o papa

A pesar de o Vaticano ter sido instituído há menos de cem anos, a Guarda Suíça começou a proteger o líder da Igreja Católica em 1506 por ordem do papa Júlio II. Na época, mercenários suíços foram os escolhidos, mas não por acaso. Eles serviram outras nações europeias durante conflitos e revoltas e, aos poucos, ganharam a reputação de serem corajosos e até invencíveis em países como a Itália, a Espanha e a França.

Um contingente de 150 homens foi designado, inicialmente, para proteger o pontífice. Em poucos anos, eles ganharam o título oficial de “Guardiões da liberdade da Igreja”.

Em 6 de maio de 1527, o grupo passou por um dos maiores testes da sua existência: o Saque de Roma. Tropas rebeldes do imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V, invadiram a cidade em um ataque contra o papado.

Dezenas de homens da Guarda Suíça morreram, mas os sobreviventes foram cruciais para que o então papa, Clemente VII, escapasse para o Castelo de Sant’Angelo, em Roma. Apesar da fuga, o papado perdeu a batalha para o imperador, que enviou um contingente militar que superava o número de guardas suíços. Mesmo assim, os soldados do papa ficaram conhecidos, mais uma vez, por demonstrarem coragem e autosacrifício em nome do pontífice, já que mais de 100 acabaram morrendo em combate.

Até hoje, a data do início do Saque, 6 de maio, é lembrada pela Guarda Suíça, que homenageia os combatentes mortos naquele dia em uma cerimônia no Vaticano. É também neste dia em que novos integrantes prestam juramento e passam a fazer parte oficialmente da Guarda.

Requisitos para fazer parte da Guarda Suíça

Para integrar a Guarda Suíça, há requisitos específicos:

- Os recrutas devem ser homens solteiros
- Devem ser católicos romanos
- Devem possuir cidadania suíça
- Devem ter idade entre 19 e 30 anos
- Devem ter altura mínima de 1,74 metros
- Devem ter diploma profissional ou de ensino médio
- Devem ter concluído treinamento básico no exército da Suíça

A Guarda Suíça também exige “boa saúde” para aceitar um novo integrante, mas não dá detalhes sobre o que isso significa. Além disso, o candidato deve se comprometer com 26 meses de serviço militar e possuir uma carta de motorista de uma categoria específica.

Já em relação aos comandantes do alto escalão, historicamente, são escolhidas pessoas de origem nobre.

Por se tratar de um corpo militar de elite, o processo de admissão é considerado altamente competitivo. Ao serem aceitos, todos os novos membros devem jurar lealdade ao papa com a seguinte frase:

“Eu juro servir fiel, leal e honoravelmente o Sumo Pontífice e seus legítimos sucessores e dedicar-me a eles com todas as minhas forças. Assumo este mesmo compromisso com relação ao Sagrado Colégio de Cardeais sempre que a Sé Apostólica estiver vacante. Além disso, prometo ao Capitão Comandante e aos meus outros superiores respeito, fidelidade e obediência. Juro observar tudo o que a honra de minha posição exige de mim”.

Juramento da Guarda Suíça

O juramento acontece anualmente em um pátio dentro do Vaticano.

Regras sobre casamento

Os guardas podem se casar apenas depois de cinco anos de serviço, desde que tenham no mínimo 25 anos de idade. E, mesmo assim, quem formalizar a união, terá que ficar mais três anos trabalhando na Guarda Suíça.

Integrantes da Guarda Suíça • Creative Commons

**Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano,
Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com);
Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;
Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;
Site do Núcleo Militar de Gramado/Rainha do Mar: www.nuclev.com;
Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>**